



COMPANHIA ABERTA
CNPJ 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114
Avenida Presidente Vargas, nº 251,
Centro - CEP 66.010-000 - Belém-Pará

Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária Em 30 de junho de 2010 e 2009, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes



disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, devemos dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

3.9. Ativo Permanente

Os Investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

No Imobilizado é registrado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

-Imóveis de uso - Edificações	4%
-Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
-Demais itens	10%

A Administração da Instituição entende ser essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26 de novembro de 2008, do CMN.

3.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

3.11. Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP, COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/Pasep	0,65%
COFINS	4%
ISS	até 5%

3.12. Passivos circulante e não circulante:

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

3.13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na deliberação 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e Resolução CMN nº 3.823/09.

- Os ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de

que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Os passivos contingentes - decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

3.14. Reclassificações

Após a emissão das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009, publicadas em 28 de agosto de 2009, a Companhia, em processo de análise e conciliação do saldo contábil das contas: SFH - Sistema Financeiro da Habitação, do grupo de contas RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS; Depósitos a Prazo do grupo de contas de DEPÓSITOS e; Diversas, pertencente ao grupo de contas de OUTRAS OBRIGAÇÕES, concluiu sobre a necessidade de efetuar a segregação do saldo dessas contas entre circulante e longo prazo.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009, são como segue:

	30.06.2009 Anteriormente apresentado	Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo Circulante		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	36	68
Ativo Realizável a Longo Prazo		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	50.713	50.681
Passivo Circulante		
DEPÓSITOS		
Depósitos à Prazo	724.263	722.454
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Diversas	79.983	58.886
Exigível à Longo Prazo		
DEPÓSITOS		
Depósitos à Prazo	-	1.809
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Diversas	-	21.097

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZA

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.10	30.06.09
Posição Bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	224.996	34.001
Letras do Tesouro Nacional	65.000	97.000
Nota do Tesouro Nacional	-	250.000
Depósitos Interfinanceiros		
Não Ligadas	83.107	60.091
Total	373.103	441.092

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por tipo de papel:

Títulos	30.06.10	30.06.09
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro	211.537	311.254
CVS	190.659	201.418
Ações de Companhias Fechadas	-	277
Vinculados a Operações Compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	4.618	-
Vinculados à Prestação de Garantia		
Letras Financeiras do Tesouro	1.709	1.178
Total	408.523	514.127

b) Classificação por categoria e vencimento:

Tipo	30.06.10			30.06.09		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos para Negociação						
LFT	217.948	217.864	07/09/2010 à 07/09/2015	312.169	312.432	17/03/2010 a 17/03/2010
Títulos disponíveis para Venda						
Ações	-	-		3	277	-
Títulos Mantidos até Vencimento						
CVS	190.659	190.659	01/01/2027 a 01/01/2027	201.418	201.418	01/01/2027 a 01/01/2027
Total	408.607	408.523		513.590	514.127	